



Empreendedorismo migrante em territórios periféricos: dinâmicas econômicas do turismo na Amazônia setentrional

Migrant entrepreneurship in peripheral territories: economic
dynamics of tourism in the northern Amazon

Emprendimiento migratorio en territorios periféricos: dinámicas
económicas del turismo en la Amazonía del norte

Submitted on: 5.20.2026| Accepted on: 6.16.2026
DOI: 10.54899/rpd.v17n2-2926

Luciana Mara Gonçalves de Araújo
Universidade Federal de Roraima - UFRR
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8011-7992>

Georgia Patrícia da Silva Ferko
Universidade Federal de Roraima - UFRR
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0020-6557>

Elói Martins Senhoras
Universidade Federal de Roraima - UFRR
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4202-3855>

Márcia Teixeira Falcão
Universidade Estadual de Roraima - UERR
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3190-3192>

RESUMO

A intensificação da migração venezuelana na última década tem produzido transformações nas dimensões econômicas, sociais e territoriais, especialmente em contextos amazônicos caracterizados por economias de pequena escala. Nesse cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar de que forma a presença de migrantes venezuelanos tem influenciado a estrutura empresarial do turismo na Serra do Tepequém, localizada no município de Amajari, em Roraima. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, configurada como estudo de caso territorial. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários junto a migrantes venezuelanos inseridos nas atividades turísticas locais. Os resultados evidenciam que a inserção inicial dos migrantes ocorre, em sua maioria, em atividades de menor qualificação no setor turístico, como hospedagem, alimentação, guiamento e serviços gerais. Entretanto, observa-se uma ampliação progressiva da participação econômica desses sujeitos, especialmente por meio de pequenos empreendimentos e iniciativas autônomas, como gastronomia, artesanato e transporte turístico. Essa dinâmica contribui para a diversificação dos serviços ofertados, para a reconfiguração da



estrutura empresarial local e para a intensificação das dinâmicas territoriais. Conclui-se que a migração venezuelana desempenha papel relevante na reorganização econômica e territorial da região, ampliando o debate sobre mobilidade humana, turismo e desenvolvimento em espaços não metropolitanos da Amazônia.

Palavras-chave: Fluxos Migratórios Internacionais; Economia Local; Integração Socioterritorial e Meio Ambiente.

ABSTRACT

The intensification of Venezuelan migration over the last decade has produced significant transformations in economic, social, and territorial dimensions, particularly in Amazonian contexts characterized by small-scale economies. In this scenario, the present study aimed to analyze how the presence of Venezuelan migrants has influenced the tourism business structure in Serra do Tepequém, located in the municipality of Amajari, Roraima, Brazil. Methodologically, a qualitative approach was adopted, with an exploratory and descriptive nature, configured as a territorial case study. Data collection was carried out through semi-structured interviews and questionnaires administered to Venezuelan migrants engaged in local tourism activities. The results show that the initial integration of migrants occurs predominantly in lower-skilled positions within the tourism sector, such as accommodation services, food services, tour guiding, and general support activities. However, a progressive expansion of their economic participation was observed, particularly through small businesses and self-employed initiatives, including gastronomy, handicrafts, and tourist transportation services. This dynamic contributes to the diversification of tourism services, the reconfiguration of the local business structure, and the strengthening of territorial dynamics. It is concluded that Venezuelan migration plays a significant role in the economic and territorial reorganization of the region, broadening the debate on human mobility, tourism, and development in non-metropolitan areas of the Amazon.

Keywords: International Migration Flows; Local Economy; Socio-Territorial Integration and Environment.

RESUMEN

La intensificación de la migración venezolana en la última década ha provocado transformaciones en los ámbitos económico, social y territorial, especialmente en los contextos amazónicos caracterizados por economías a pequeña escala. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar de qué manera la presencia de migrantes venezolanos ha influido en la estructura empresarial del turismo en la Serra do Tepequém, situada en el municipio de Amajari, en Roraima. Desde el punto de vista metodológico, se adoptó un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y descriptivo, configurado como un estudio de caso territorial. La recopilación de datos se llevó a cabo mediante entrevistas semiestructuradas y la aplicación de cuestionarios a migrantes venezolanos integrados en las actividades turísticas locales. Los resultados ponen de manifiesto que la inserción inicial de los migrantes se produce, en su mayoría, en actividades que requieren menor cualificación en el sector turístico, como el



alojamiento, la restauración, el guiado turístico y los servicios generales. Sin embargo, se observa una ampliación progresiva de la participación económica de estas personas, especialmente a través de pequeñas empresas e iniciativas autónomas, como la gastronomía, la artesanía y el transporte turístico. Esta dinámica contribuye a la diversificación de los servicios ofrecidos, a la reconfiguración de la estructura empresarial local y a la intensificación de las dinámicas territoriales. Se concluye que la migración venezolana desempeña un papel relevante en la reorganización económica y territorial de la región, ampliando el debate sobre la movilidad humana, el turismo y el desarrollo en espacios no metropolitanos de la Amazonía.

Palabras clave: Flujos Migratorios Internacionales; Economía Local; Integración Socioterritorial y Medio Ambiente.

INTRODUÇÃO

A intensificação da migração na última década configura-se como um dos mais expressivos movimentos migratórios contemporâneos da América Latina, produzindo profundas reconfigurações econômicas, sociais e territoriais. Trata-se de um fenômeno que tensiona as relações de poder no espaço regional, desafia a soberania estatal e expõe os limites dos regimes nacionais de regulação territorial diante da mobilidade humana forçada. O agravamento da crise econômica, a instabilidade política e o colapso de serviços públicos essenciais impulsionaram milhões de venezuelanos a deixarem seu país em busca de melhores condições de vida em nações vizinhas. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2025), até o final de 2025, mais de 7,9 milhões de venezuelanos haviam migrado internacionalmente, configurando um fluxo migratório de grande escala com impactos diretos sobre as dinâmicas locais e regionais de mobilidade.

No Brasil, o estado de Roraima consolidou-se como principal porta de entrada desse fluxo migratório em razão de sua condição de fronteira terrestre com a Venezuela, especialmente por meio do município de Pacaraima. A intensificação das entradas evidenciou fragilidades estruturais locais e a necessidade de respostas institucionais articuladas, especialmente no que se refere ao acolhimento, à assistência humanitária e à inserção socioeconômica dos migrantes (Teixeira; Coradini; Costa, 2019). Em 2018, foi criada a Operação Acolhida, política federal estruturada em três eixos centrais: ordenamento da



fronteira, acolhimento e interiorização, buscando distribuir territorialmente os migrantes e reduzir a sobrecarga sobre os municípios fronteiriços (Brasil, 2025). A política de interiorização alterou significativamente a geografia inicial do fluxo migratório, promovendo o deslocamento de milhares de venezuelanos para diferentes regiões do país.

Esse redirecionamento espacial produziu um efeito ainda pouco explorado nos estudos migratórios brasileiros: a inserção de migrantes internacionais em territórios rurais, áreas de pequena densidade populacional e economias de base local (Lima; Flynn; Halfacree, 2022). Entre esses espaços encontra-se a Serra do Tepequém, localizada no município de Amajari, em Roraima, onde a presença de migrantes venezuelanos tem se articulado às dinâmicas do turismo e da economia de pequena escala. Tal processo demonstra que os efeitos da mobilidade internacional não se restringem às capitais ou cidades fronteiriças, mas alcançam também territórios rurais e ambientalmente sensíveis, redefinindo práticas espaciais, relações de trabalho e formas de apropriação do território.

Historicamente vinculada ao extrativismo mineral e, posteriormente, ao turismo, a Serra do Tepequém apresenta uma economia fortemente sustentada por empreendimentos familiares, pela exploração da paisagem natural e pelo uso direto dos recursos ambientais (Leonardi, 2000; Diniz, 2014). A atividade turística consolidou-se como principal vetor de geração de renda, organização social e dinamização econômica local, estruturando relações de trabalho e promovendo novas territorialidades associadas ao lazer, à hospitalidade e à valorização da natureza (Arantes; Ferko; Nogueira, 2013). Nesse contexto, a sustentabilidade ambiental torna-se elemento central, uma vez que a permanência da atividade turística depende diretamente da conservação dos recursos naturais e da capacidade de gestão do território.

Nos últimos anos, observa-se a ampliação da presença de migrantes venezuelanos nesse espaço, especialmente em atividades relacionadas ao turismo, ao comércio e à prestação de serviços. Esses sujeitos passam a integrar os processos locais de produção do espaço e de uso do território, inserindo novos agentes econômicos e promovendo mudanças na organização produtiva local (Wendling; Nascimento; Senhoras, 2021). Em territórios de pequena escala



e características típicas de economias amazônicas de fronteira, essa inserção pode gerar transformações significativas na estrutura empresarial do turismo, tanto pela diversificação de serviços quanto pela reconfiguração das relações entre trabalho, mercado e territorialidade.

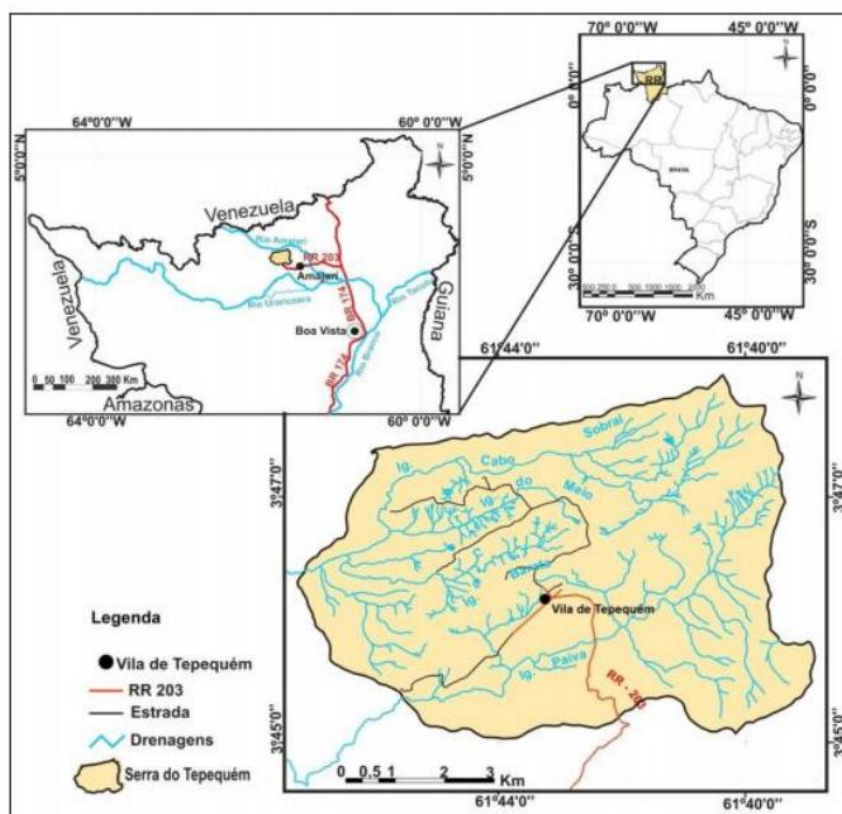
Apesar da relevância desse processo, ainda são limitados os estudos que analisam de forma específica como a presença migrante influencia a estrutura empresarial do turismo em territórios amazônicos não metropolitanos (PIRNAR; ALTIN, 2024). A maior parte da produção acadêmica concentra-se nas cidades fronteiriças ou nos grandes centros urbanos, deixando lacunas importantes sobre os impactos da mobilidade internacional em áreas rurais e destinos turísticos emergentes. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar como a presença de migrantes venezuelanos tem influenciado a estrutura empresarial do turismo na Serra do Tepequém, examinando suas trajetórias, formas de inserção econômica, experiências no uso dos recursos naturais e percepções sobre o turismo local.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa foi desenvolvida sob abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, configurando-se como um estudo de caso territorial centrado na inserção de migrantes venezuelanos na dinâmica do turismo na Serra do Tepequém, localizada no município de Amajari, estado de Roraima (Figura 1).



Figura 1: Localização da Serra do Tepequém, Amajari



Fonte: Cunha, 2013

A pesquisa foi realizada na Serra do Tepequém, território situado ao norte do estado de Roraima, no município de Amajari, com aproximadamente 570 km² de extensão territorial, inserido em uma área de relevante valor paisagístico e ambiental da Amazônia setentrional. A localidade apresenta forte vocação para o turismo de natureza, estruturado em torno de cachoeiras, formações rochosas, campos naturais e paisagens de elevado potencial cênico. Sua economia caracteriza-se pela predominância de atividades de pequena escala, especialmente relacionadas ao turismo, ao comércio local, aos serviços de hospedagem e alimentação, além de práticas agroextrativistas residuais.

O município de Amajari apresenta fragilidades socioeconômicas históricas, com baixos indicadores de desenvolvimento, limitações no acesso a serviços públicos e reduzidas oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho. Nesse cenário, o turismo assume papel central como estratégia de dinamização econômica e reprodução social.

A abordagem qualitativa mostrou-se adequada por possibilitar a compreensão aprofundada das experiências, percepções e estratégias de



inserção econômica dos migrantes, permitindo interpretar processos sociais complexos relacionados à mobilidade humana, à produção do território e à reconfiguração das atividades produtivas locais. O caráter exploratório justifica-se pela ainda limitada produção acadêmica sobre a influência da migração venezuelana na estrutura empresarial do turismo em territórios amazônicos não metropolitanos, enquanto a dimensão descritiva busca identificar e sistematizar as características desse fenômeno no contexto empírico estudado.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas complementares. A primeira consistiu na aplicação de questionários estruturados junto aos migrantes venezuelanos residentes na Serra do Tepequém, com o objetivo de identificar aspectos sociodemográficos, formas de inserção produtiva e percepções sobre o turismo local. O instrumento contemplou questões fechadas e semifechadas, organizadas em quatro eixos temáticos: (i) inserção na cadeia produtiva do turismo; (ii) impactos percebidos sobre renda e condições de vida; (iii) relação entre turismo e conservação ambiental; e (iv) percepção sobre o turismo e a comunidade local. Os dados obtidos foram sistematizados por meio de estatística descritiva simples, permitindo complementar a análise qualitativa e fortalecer a triangulação das informações.

A segunda etapa envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas, conduzidas presencialmente entre os meses de janeiro e março de 2026, com base em roteiro previamente elaborado em consonância com os objetivos da pesquisa. O roteiro abordou questões relacionadas às trajetórias migratórias, formas de inserção no turismo, condições de trabalho, experiências empreendedoras, percepções sobre o território e processos de integração socioterritorial. As entrevistas foram registradas mediante autorização prévia dos participantes, assegurando-se os princípios éticos de anonimato, confidencialidade e consentimento livre e esclarecido, sendo posteriormente transcritas para fins analíticos.

A amostra qualitativa foi composta por nove migrantes venezuelanos residentes e atuantes na Serra do Tepequém, além de um participante brasileiro responsável pela coordenação informal do grupo de migrantes inseridos nas atividades turísticas locais. A definição dos participantes ocorreu por amostragem não probabilística, do tipo intencional e por acessibilidade,



considerando a atuação direta desses sujeitos nas atividades econômicas vinculadas ao turismo e sua permanência no território investigado.

Para o tratamento dos dados qualitativos, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), articulada à lógica categorial sistematizada por Mayring (2000), permitindo organizar e interpretar os conteúdos comunicacionais a partir da identificação de unidades de sentido associadas às dinâmicas produtivas do turismo local. O processo analítico ocorreu em etapas sequenciais: (i) pré-análise, com leitura flutuante do material e definição do corpus documental; (ii) exploração do material, envolvendo a codificação das falas e a organização de categorias temáticas relacionadas à inserção no mercado de trabalho, geração de renda, empreendedorismo e reconfiguração das atividades econômicas; e (iii) tratamento dos resultados, com sistematização das ocorrências, descrição dos conteúdos observados e articulação com o referencial teórico adotado (Bardin, 2011; Flick, 2022; Schreier, 2020; Teodoro; Oliveira, 2024).

A análise priorizou a identificação de padrões, recorrências e tendências discursivas acerca da participação dos migrantes nas atividades turísticas e de suas estratégias de permanência econômica no território. Inicialmente, os dados foram apresentados de forma descritiva, evidenciando regularidades e variações nas práticas relatadas, para posteriormente serem interpretados à luz das categorias teóricas de território, territorialidade e mobilidade.

Os resultados foram organizados a partir de uma estrutura teórico-empírica que articula mobilidade migratória, inserção produtiva no turismo e produção do território na Serra do Tepequém. Essa perspectiva dialoga com Raffestin (1980), ao compreender o território como resultado das relações de poder e apropriação social do espaço; com Santos (2006), na noção de território usado, que enfatiza o papel das práticas econômicas e sociais na organização da vida cotidiana; e com Haesbaert (2004), ao incorporar a noção de multiterritorialidade, evidenciando como sujeitos migrantes constroem vínculos simultâneos com diferentes espaços.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando o perfil dos participantes da pesquisa, dos nove migrantes entrevistados, seis (66,7%) são mulheres e três (33,3%) homens, indicando uma predominância feminina no processo de inserção produtiva local. A literatura recente sobre migração venezuelana aponta o crescimento da feminização dos fluxos migratórios, especialmente em contextos de trabalho vinculados ao setor de serviços e à economia do cuidado (Freitas; Baeninger, 2022). A presença majoritária de mulheres na pesquisa sugere que o turismo local também opera como espaço de absorção dessa força de trabalho feminina, especialmente em atividades de alimentação, hospedagem e comércio.

Em relação à faixa etária, observa-se predominância de adultos entre 41 e 60 anos, o que demonstra que a migração não se restringe a jovens em busca de oportunidades, mas envolve sujeitos com trajetórias profissionais consolidadas e responsabilidades familiares mais complexas. Quanto à escolaridade, destaca-se a presença de participantes com ensino superior incompleto e completo, além de níveis variados de formação básica, revelando um grupo heterogêneo cujas qualificações profissionais frequentemente não encontram equivalência direta no mercado local.

Esse fenômeno dialoga com a literatura sobre subutilização de capital humano migrante, em que competências adquiridas no país de origem são frequentemente ressignificadas ou desvalorizadas no território de destino (Sayad, 1998; Baeninger, 2018). Na Serra do Tepequém, muitos migrantes passam a desempenhar funções distintas de suas formações originais, adaptando-se às possibilidades econômicas disponíveis no turismo de pequena escala.

O tempo de residência no Brasil também apresentou significativa variação, oscilando entre nove meses e dez anos. Parte dos entrevistados relatou ter migrado diretamente da Venezuela para a Serra do Tepequém, sem permanência prolongada em centros urbanos maiores. Esse dado é particularmente relevante, pois rompe com a lógica tradicional de que a inserção migratória ocorre prioritariamente nas capitais ou grandes cidades. A Serra do Tepequém passa a funcionar como espaço inicial de acolhimento e inserção produtiva, evidenciando a descentralização territorial da migração venezuelana.



Essa condição reforça a compreensão de Lefebvre (1991) sobre a produção social do espaço, na medida em que o território não é apenas cenário da migração, mas produto das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos que o ocupam. A presença migrante transforma práticas cotidianas, reorganiza fluxos econômicos e redefine o próprio sentido do lugar. No turismo local, isso se manifesta na ampliação dos serviços ofertados, na diversificação das formas de trabalho e na reconfiguração das relações entre população local e migrantes.

Aqui, buscou-se descrever de forma objetiva os dados empíricos referentes às percepções dos migrantes venezuelanos sobre suas experiências na Serra do Tepequém, sem a realização de interpretações analíticas. Os resultados foram apresentados com base na frequência, consistência e distribuição dos conteúdos expressos pelos participantes, sendo as informações organizadas em eixos temáticos e sistematizadas no Quadro 01, de modo a evidenciar os principais aspectos relatados pelos entrevistados.

Quadro 1: Codificação e Categorização

Categoria	Subcategoria	Descrição analítica	Ocorrências	Exemplo empírico
Inserção socioeconômica	Empreendedorismo migrante	Participação de venezuelanos em atividades produtivas locais, especialmente autônomas.	Alta	“Ela é empreendedora nata... trabalha com hortas... já fornece pra comunidade”
	Trabalho no turismo	Inserção em atividades turísticas (guiamento, artesanato, gastronomia).	Alta	“Temos cinco venezuelanos inseridos nesse projeto... turismo, cultura e arte”
	Pluriatividade	Acúmulo de diferentes atividades econômicas	Média	“Trabalha com hortas... fornece... participa de projetos”
Economia do turismo local	Produção artesanal	Uso de recursos locais como estratégia econômica	Média	“Trabalha com matéria-prima da Pedra Sabão... específica da serra”
	Gastronomia intercultural	Integração de práticas culinárias venezuelanas e brasileiras	Alta	“Mesclando Venezuela e Brasil... culinária venezuelana e brasileira”



	Economia comunitária	Organização produtiva baseada na comunidade	Alta	“Processo de desenvolvimento ... iniciativa dos empreendedores da comunidade”
Redes de apoio e institucionalidad e	Apoio institucional	Atuação de SESC, universidades e organismos internacionais	Alta	“Teve apoio do SESC... ACNUR trouxe recurso... capacitação”
	Lideranças comunitárias	Papel ativo de lideranças locais na inclusão	Alta	“A gente que trabalha nas lideranças tem esse olhar de inclusão”
	Capacitação e formação	Cursos e treinamentos para inserção no turismo	Média	“Fizemos várias capacitações de guiamento”
Integração sociocultural	Hibridização cultural	Mistura entre culturas venezuelana e brasileira	Alta	“Nossa cultura já vai ter essa mistura... venezuelana e brasileira”
	Receptividade local	Acolhimento e convivência comunitária	Alta	“A gente tenta dar esse calor humano, essa receptividade”
	Conflitos e tensões	Existência de conflitos pontuais e percepções sociais	Média	“Os conflitos de fronteira são reais... impacto social”
Barreiras estruturais	Falta de políticas públicas	Ausência de planejamento estatal para o turismo	Alta	“Não tivemos plano... nem de estado nem de município”
	Burocracia e politização	Dificuldades institucionais e interferência política	Média	“O secretário é muito politizado, não tem autonomia”
	Desigualdade de acesso	Dificuldade de acesso a oportunidades e recursos	Média	“Não chega em quem precisa”
Reconfiguração territorial	Transformação econômica local	Mudança do garimpo para o turismo	Alta	“Passamos 70 anos no garimpo... turismo é recente”
	Organização do turismo	Processos de regulamentação e estruturação	Alta	“Criamos lei municipal... regulamentação dos condutores”
	Uso do espaço e identidade	Valorização do território e identidade local	Média	“Patrimônio cultural... memória... arquitetura”
	Uso de tecnologia	Propostas de digitalização e	Média	“Criar um aplicativo com



Inovação e perspectivas futuras	organização do turismo		QR Code para os condutores	
	Projetos coletivos	Iniciativas colaborativas de geração de renda	Alta	“Projeto com 50 mulheres venezuelanas para alimentação”
	Expectativas de desenvolvimento	Visão de crescimento do turismo local	Média	“A gente está numa fase de organização”

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados empíricos.

Os resultados indicam que a inserção socioeconômica dos migrantes venezuelanos na Serra do Tepequém ocorre predominantemente por meio de atividades autônomas, informais e de pequena escala, fortemente marcadas pelo empreendedorismo de subsistência e pela pluriatividade. Em vez de uma inserção imediata no mercado formal de trabalho, observa-se a construção de estratégias econômicas baseadas na combinação de diferentes fontes de renda, nas quais o turismo, o comércio local, a horticultura e a produção artesanal se articulam como mecanismos centrais de permanência no território.

Essa dinâmica aparece de forma evidente nas narrativas dos entrevistados. Ao descrever uma das migrantes inseridas na comunidade, um participante destaca: “Ela é empreendedora nata... trabalha com hortas... já fornece pra comunidade” (MV02). A fala revela não apenas uma atividade econômica pontual, mas a constituição de redes locais de produção e abastecimento que ampliam a inserção social e econômica dos migrantes para além do turismo estritamente formal.

Essa predominância de iniciativas autônomas relaciona-se também às trajetórias ocupacionais anteriores vivenciadas na Venezuela, onde a informalidade laboral tornou-se uma condição estrutural intensificada pela crise econômica e institucional. Segundo Lanzieri, o nível de informalidade no país — entendido como a proporção da força de trabalho sem acesso à seguridade social — aumentou de 48,5% para 84,5% entre 2015 e 2020, refletindo o aprofundamento da precarização das relações de trabalho. Nesse contexto, muitos migrantes chegam ao Brasil já familiarizados com formas flexíveis, instáveis e autônomas de geração de renda.

Entretanto, essa comparação exige cautela analítica, pois a ausência de dados estatísticos oficiais regulares na Venezuela a partir de 2014, somada às



mudanças metodológicas nos critérios de mensuração da informalidade, dificulta a construção de séries históricas plenamente comparáveis. Além disso, a informalidade não pode ser reduzida apenas à ausência de cobertura previdenciária, pois envolve múltiplas dimensões de precarização do trabalho, como insegurança ocupacional, baixa remuneração, ausência de proteção social e fragilidade nas relações contratuais, conforme discutido por Antunes (2009).

Nessa perspectiva, a ampliação do trabalho informal na Venezuela não expressa apenas uma crise conjuntural do mercado de trabalho, mas contribui para explicar a predisposição de muitos migrantes venezuelanos ao autoemprego e às atividades empreendedoras de baixa escala nos territórios de destino. O empreendedorismo informal observado na Serra do Tepequém pode ser interpretado, simultaneamente, como continuidade de trajetórias ocupacionais já marcadas pela precariedade e como expressão de adaptabilidade diante de novos contextos territoriais.

As narrativas reforçam essa lógica de diversificação produtiva. Muitos entrevistados relataram atuar em múltiplas frentes de trabalho, combinando horticultura, produção artesanal, comércio e serviços turísticos, como guiamento, condução em trilhas, hospedagem e atuação em restaurantes e pousadas. O entrevistado MV01 afirma: “Trabalha com matéria-prima da Pedra Sabão... específica da serra” e complementa: “trabalha com hortas...”, evidenciando a coexistência de atividades ligadas tanto ao turismo quanto à produção local de subsistência.

Essa pluriatividade representa uma estratégia adaptativa típica de economias periféricas e territórios turísticos de pequena escala, onde a sazonalidade da demanda e a escassez de empregos formais exigem flexibilidade ocupacional e ampliação constante das possibilidades de renda. No caso da Serra do Tepequém, essa lógica se intensifica pela própria estrutura econômica local, fortemente dependente do turismo de natureza e marcada por baixa densidade institucional e reduzidas oportunidades formais de emprego.

Esse processo dialoga com os estudos sobre empreendedorismo migrante, que apontam a recorrência do autoemprego como forma de inserção econômica em contextos marcados por barreiras institucionais e restrições de acesso ao mercado formal de trabalho (Bolzani; Honig; Ram, 2025). Migrantes



frequentemente enfrentam obstáculos relacionados à documentação, reconhecimento de qualificações profissionais, acesso a crédito, redes de apoio e legitimidade social no território de acolhimento.

Barrios et al. (2025) denominam esse fenômeno de “desalinhamentos institucionais”, isto é, discrepâncias entre os sistemas econômicos, legais e sociais do país de origem e do país receptor, que produzem desvantagens persistentes para o empreendedor migrante. Esses desalinhamentos dificultam processos de formalização e reduzem a capacidade de expansão dos pequenos negócios, fazendo com que o empreendedorismo migrante se mantenha, muitas vezes, em níveis de sobrevivência e baixa escala.

No caso estudado, a convergência entre informalidade, empreendedorismo e pluriatividade sugere que a inserção socioeconômica dos migrantes venezuelanos não se estrutura a partir de uma lógica linear de ascensão ocupacional, mas por meio de estratégias contínuas de adaptação e recomposição da sobrevivência econômica. O turismo aparece como principal porta de entrada, mas não como única fonte de sustento, sendo articulado a outras práticas produtivas que garantem permanência e estabilidade relativa.

Dessa forma, a inserção socioeconômica observada na Serra do Tepequém revela que os migrantes não apenas ocupam espaços disponíveis no mercado local, mas produzem novas formas de organização econômica e social, contribuindo para a reconfiguração das dinâmicas produtivas do território. O empreendedorismo de pequena escala, longe de representar apenas precariedade, também expressa capacidade de agência, reconstrução de trajetórias e produção de novas territorialidades em contextos amazônicos de turismo emergente.

Quanto à inserção produtiva no turismo os resultados evidenciam que os migrantes venezuelanos participam de forma ativa e diversificada nas atividades vinculadas ao turismo local, consolidando sua presença na cadeia produtiva que estrutura a economia da Serra do Tepequém. Entre as principais ocupações identificadas destacam-se os serviços de hospedagem em pousadas, guiamento turístico em trilhas e cachoeiras, trabalho em restaurantes e cafeterias, produção e comercialização de artesanato, venda de produtos locais e atividades agrícolas complementares. Em alguns casos, os participantes relataram o exercício



simultâneo de mais de uma atividade, combinando, por exemplo, hospedagem, guiamo e comercialização de produtos artesanais.

Essa multiplicidade ocupacional revela estratégias de sobrevivência econômica fortemente baseadas na diversificação do trabalho, característica recorrente em economias turísticas periféricas e de pequena escala, nas quais a sazonalidade da demanda e a instabilidade da renda exigem maior flexibilidade produtiva (Fonseca; Petit, 2002; Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2021). Tal dinâmica também dialoga com o que Santos (2006) denomina de circuito inferior da economia urbana, no qual predominam atividades de pequena escala, informalidade, autonomia relativa e forte dependência das redes locais de sociabilidade.

No que se refere à forma de inserção no mercado de trabalho, cinco participantes declararam atuar predominantemente em condição informal, enquanto quatro afirmaram desenvolver suas atividades como autônomos ou pequenos empreendedores. Esse dado reforça a centralidade da informalidade como principal porta de entrada para migrantes internacionais em economias locais de baixa densidade institucional, especialmente em setores como turismo, comércio e serviços, onde as barreiras de formalização tendem a ser menores e o ingresso no mercado ocorre de maneira mais imediata (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2021).

Entretanto, a informalidade observada não pode ser interpretada apenas como precarização, mas também como estratégia adaptativa diante das limitações estruturais de acesso ao emprego formal. Conforme Sayad (1998), a experiência migratória envolve processos simultâneos de vulnerabilidade e agência, nos quais o trabalho informal muitas vezes representa não apenas uma condição de exclusão, mas também um mecanismo inicial de permanência e reconstrução social. No caso da Serra do Tepequém, o empreendedorismo de pequena escala surge como forma de autonomia econômica e de inserção territorial, especialmente em atividades diretamente relacionadas ao fluxo turístico.

A experiência prévia no setor turístico apresentou significativa variação entre os participantes. Quatro entrevistados afirmaram não possuir qualquer experiência anterior com turismo, três relataram ter adquirido essa experiência



já no Brasil e dois indicaram atuação anterior no setor ainda na Venezuela. Esse dado demonstra que, para parte significativa dos migrantes, o turismo não constitui uma continuidade ocupacional, mas uma adaptação às oportunidades oferecidas pelo território de destino. A inserção produtiva, portanto, ocorre menos pela transferência direta de qualificações prévias e mais pela capacidade de reorganização das trajetórias profissionais em função das possibilidades econômicas locais.

Essa ressignificação de competências confirma a literatura sobre mobilidade laboral migrante, segundo a qual a migração frequentemente produz processos de readequação ocupacional e subutilização de capital humano, sobretudo em contextos periféricos e de fronteira (Baeninger; Silva, 2018; Simões, 2020). Profissionais com experiências anteriores em áreas diversas passam a atuar em funções operacionais no turismo, ajustando-se às exigências concretas do mercado local e às oportunidades disponíveis.

No que se refere à capacitação profissional, quatro participantes afirmaram não ter recebido qualquer treinamento específico para atuar no turismo na Serra do Tepequém. Os demais relataram participação em cursos promovidos por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Corpo de Bombeiros, especialmente em áreas relacionadas ao atendimento ao turista, manipulação de alimentos, segurança e condução em áreas naturais.

A categoria economia do turismo local evidencia que o turismo exerce papel central na organização produtiva da Serra do Tepequém, funcionando como principal eixo estruturante da dinâmica econômica e social do território. As entrevistas revelam que grande parte das atividades produtivas desenvolvidas pelos migrantes venezuelanos está diretamente vinculada à demanda turística, abrangendo hospedagem familiar e empresarial, gastronomia, guiamento em trilhas e cachoeiras, transporte de visitantes, produção artesanal e comercialização de produtos locais.

Essa centralidade aparece de forma expressiva nas falas dos entrevistados. O participante MV01 destaca o turismo como resultado de um



processo construído localmente: “Processo de desenvolvimento... iniciativa dos empreendedores da comunidade”, evidenciando que o crescimento da atividade turística não decorre exclusivamente de investimentos externos, mas da articulação entre pequenos empreendedores e redes locais de cooperação. Já o entrevistado MV02 enfatiza a dimensão intercultural presente nesse processo ao afirmar: “Mesclando Venezuela e Brasil... culinária venezuelana e brasileira”, revelando como a gastronomia se transforma em espaço de integração econômica e também de expressão identitária. Ainda nessa perspectiva, a fala “Trabalha com matéria-prima da Pedra Sabão...” demonstra como os recursos naturais locais são incorporados às práticas produtivas, especialmente na produção artesanal, conectando turismo, natureza e geração de renda.

Esses resultados indicam a presença de uma economia turística baseada predominantemente em empreendimentos de pequena escala, frequentemente estruturados por empresas familiares, iniciativas autônomas e redes comunitárias. Em territórios periféricos e destinos turísticos emergentes, esse tipo de empreendimento desempenha papel fundamental na sustentação econômica local, sendo responsável pela geração de renda, pela diversificação produtiva e pela circulação de recursos dentro do próprio território (Smallbone; Welter, 2020; Pike; Rodríguez-Pose; Tomaney, 2023).

Na Serra do Tepequém, a produção artesanal e a gastronomia intercultural configuram-se como expressões concretas dessa economia territorial, fortemente pautada na valorização dos recursos naturais e culturais locais. A incorporação de saberes venezuelanos às práticas produtivas, especialmente na culinária e no artesanato, não representa apenas adaptação econômica, mas também inovação cultural e ampliação da oferta turística. Essa combinação entre elementos locais e experiências migrantes contribui para diversificar um setor tradicionalmente dependente do turismo de natureza, ampliando possibilidades de permanência econômica e fortalecimento territorial.

Entretanto, embora o empreendedorismo migrante venezuelano frequentemente seja apresentado como estratégia de inserção econômica e geração de renda, a literatura contemporânea sugere a necessidade de uma leitura crítica desse fenômeno. Em muitos contextos, a criação de pequenos negócios por migrantes não decorre da existência de oportunidades favoráveis



de mercado, mas da ausência de alternativas formais de trabalho e da necessidade imediata de sobrevivência em mercados marcados pela exclusão, precarização e desigualdade estrutural.

Assim, o empreendedorismo de pequena escala não pode ser interpretado exclusivamente como expressão de autonomia ou sucesso econômico. Muitas vezes, ele representa uma resposta adaptativa à exclusão do mercado formal de trabalho, especialmente em contextos periféricos e de baixa institucionalidade. Essa perspectiva permite compreender que o autoemprego migrante pode coexistir com vulnerabilidades persistentes, baixa capacidade de acumulação de capital e dependência de fluxos sazonais de turismo.

No contexto da Serra do Tepequém, essas contradições tornam-se particularmente evidentes. O turismo contribui para a dinamização econômica local, amplia possibilidades de geração de renda e fortalece circuitos produtivos internos; contudo, também se caracteriza por elevada informalidade, forte sazonalidade, baixa estabilidade financeira e limitada capacidade de expansão dos pequenos empreendimentos. Além disso, a dependência excessiva da atividade turística pode reproduzir desigualdades territoriais e reforçar narrativas de resiliência individual que deslocam para o migrante a responsabilidade pela própria inserção econômica.

Essas tensões reforçam a necessidade de uma análise crítica sobre o papel do turismo no desenvolvimento territorial, evitando interpretações excessivamente otimistas. Mais do que reconhecer suas potencialidades, torna-se necessário compreender também suas fragilidades, limites estruturais e riscos de reprodução da precariedade econômica.

Os dados também evidenciam a importância das redes de apoio institucionais e comunitárias no processo de inclusão produtiva dos migrantes venezuelanos nas atividades turísticas da Serra do Tepequém. A atuação de instituições como o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) aparece como elemento relevante na implementação de ações de capacitação profissional, formação técnica e geração de renda.

Essa contribuição torna-se evidente nos relatos dos participantes. Um dos entrevistados afirma: “Teve apoio do SESC... ACNUR trouxe recurso...



capacitação”, enquanto outro destaca: “Fizemos várias capacitações de guiamento”. As falas revelam que essas instituições exercem papel importante na mediação entre os migrantes e as oportunidades de inserção produtiva, especialmente em atividades ligadas ao turismo de natureza, hospitalidade e atendimento ao visitante.

As evidências empíricas reforçam, portanto, a relevância das instituições no fortalecimento dos processos de integração econômica e social. Em territórios de pequena escala e baixa densidade institucional, como a Serra do Tepequém, o acesso à qualificação profissional frequentemente depende dessas iniciativas externas, que funcionam como mecanismos de aproximação entre migrantes e o mercado local.

Além do apoio institucional formal, as lideranças comunitárias também assumem papel central na mediação das relações entre migrantes e a comunidade local. Os relatos demonstram que essas lideranças atuam como facilitadoras da integração social, auxiliando no acesso a informações, oportunidades de trabalho e construção de vínculos de confiança. Essa dimensão aparece de forma clara na fala de um líder comunitário entrevistado: “A gente que trabalha nas lideranças tem esse olhar de inclusão”.

Essa atuação evidencia que a inclusão econômica não depende apenas da oferta de emprego ou capacitação técnica, mas também da existência de redes sociais de acolhimento e reconhecimento. A literatura sobre migração internacional destaca que redes institucionais e comunitárias são fundamentais para facilitar o acesso a recursos, oportunidades de trabalho e sistemas de apoio no território de destino (Zhang et al., 2023; OCDE, 2024; Wang; Aziz; Zhao, 2025; Nascimento et al., 2025).

No entanto, essas estruturas também apresentam limites importantes. Em Tepequém, as redes de apoio operam sob condições de fragilidade financeira, baixa capacidade institucional e ausência de políticas públicas permanentes de inclusão econômica. O apoio oferecido por instituições como o SESC, embora relevante, costuma ocorrer por meio de ações pontuais e temporárias, frequentemente desvinculadas de políticas estruturais que garantam acesso à formalização, crédito produtivo ou inserção estável no mercado de trabalho.



Conforme apontam Faist (2022), a OCDE (2024), a OIM (2024) e Bolzani, Ram e Honig (2025), em diferentes contextos internacionais, programas de capacitação para migrantes tendem a funcionar mais como estratégias de mitigação social do que como instrumentos efetivos de transformação econômica, especialmente quando não articulados a políticas amplas de desenvolvimento territorial. Como resultado, a formação oferecida contribui para uma inclusão parcial, limitada à sobrevivência imediata, sem necessariamente promover autonomia econômica sustentável.

A atuação de organismos internacionais, como o ACNUR, também revela contradições presentes na governança humanitária contemporânea. Embora essas organizações desempenhem papel central no acolhimento e apoio emergencial a refugiados e solicitantes de refúgio, suas ações geralmente permanecem concentradas em respostas de curto prazo, o que pode gerar dependência institucional e limitar estratégias de desenvolvimento mais duradouras.

Ao mesmo tempo, as lideranças locais, embora fundamentais para a inclusão social, também podem reproduzir assimetrias de poder e mecanismos seletivos de acesso às oportunidades econômicas. A mediação comunitária nem sempre é neutra, podendo reforçar relações desiguais de dependência e legitimidade social.

A fragmentação institucional e a baixa articulação entre programas de apoio agravam esse cenário, especialmente em territórios periféricos e economias de pequena escala como a Serra do Tepequém. Isso reduz a eficácia das políticas de inclusão produtiva e limita o potencial transformador das iniciativas voltadas aos migrantes.

Dessa forma, os resultados apontam que, embora existam avanços importantes nos processos de integração econômica e social, permanecem desafios estruturais relacionados à adaptação institucional, à cooperação intersetorial e à construção de políticas públicas mais permanentes. A inclusão econômica dos migrantes não depende apenas da capacidade individual de empreender, mas da existência de estruturas territoriais capazes de sustentar processos mais amplos de desenvolvimento, permanência e justiça social.



Sobre a Integração sociocultural e hibridização cultural, percebeu-se que a convivência entre migrantes venezuelanos e moradores locais na Serra do Tepequém tem produzido processos de hibridização cultural, manifestados por meio da recomposição de práticas cotidianas, saberes e formas de sociabilidade que articulam diferentes matrizes culturais. Conforme propõe Canclini (2013), a hibridização cultural refere-se justamente à interação entre sistemas culturais distintos que, ao se encontrarem, produzem novas práticas, identidades e significados sociais. Essa perspectiva também dialoga com Bhabha (2013), ao compreender a cultura como espaço de negociação e produção de novas territorialidades simbólicas, e com Burke (2010), ao destacar que os contatos culturais não significam simples fusão, mas processos históricos de adaptação e ressignificação.

No território do Tepequém, essa dinâmica manifesta-se especialmente na culinária, nas relações de trabalho e nas formas de convivência cotidiana. A mistura entre práticas alimentares brasileiras e venezuelanas aparece como uma das expressões mais visíveis dessa integração. Um dos entrevistados relata: “...E a gente está mesclando, né? Venezuela e Brasil. A culinária venezuelana e brasileira”. A fala evidencia como a alimentação ultrapassa a dimensão funcional e se transforma em espaço de convivência, troca simbólica e mediação cultural, favorecendo tanto a inserção econômica quanto o fortalecimento das relações sociais no território.

A gastronomia, nesse sentido, assume papel importante não apenas como atividade produtiva vinculada ao turismo, mas como mecanismo de reconhecimento e pertencimento social. A incorporação de elementos culturais venezuelanos ao cotidiano local contribui para a construção de identidades híbridas, nas quais migrantes e moradores reelaboram práticas e significados compartilhados. Essa interação fortalece formas de sociabilidade que ultrapassam a lógica exclusivamente econômica da inserção migrante, permitindo que o território seja também espaço de reconstrução simbólica e afetiva.

As evidências empíricas indicam ainda que a receptividade da comunidade local tem favorecido a construção de vínculos sociais e econômicos entre migrantes e residentes. A convivência cotidiana, especialmente mediada



pelo trabalho no turismo, cria espaços de aproximação e cooperação que facilitam processos de integração. No entanto, os relatos também apontam a existência de tensões pontuais associadas às transformações sociais provocadas pelo fluxo migratório, especialmente em contextos de disputa por oportunidades econômicas e reconhecimento social.

Esses conflitos, embora não predominam nas narrativas, refletem desafios recorrentes em contextos de mobilidade internacional e reconfiguração territorial, conforme apontam Zhang et al. (2023), Kanas e Kosyakova (2024), - Garcia et al. (2024) e Namata, Hatzidimitriadou e McCallum (2025). A presença migrante, ao mesmo tempo em que amplia a diversidade cultural e dinamiza a economia local, também pode gerar inseguranças, resistências e disputas simbólicas relacionadas ao pertencimento e à distribuição de recursos.

Diante disso, a retórica da integração e da hibridização cultural precisa ser analisada criticamente, pois pode ocultar relações de poder e assimetrias estruturais que moldam os processos de interação entre diferentes grupos sociais. Hall (2013) e Bhabha (2013) ressaltam que as interações culturais não ocorrem em condições neutras, mas em contextos atravessados por desigualdades econômicas, sociais e simbólicas. A hibridização, portanto, não significa necessariamente equilíbrio ou reciprocidade entre culturas, mas pode envolver processos de subordinação, adaptação forçada e reconhecimento seletivo.

Uma limitação importante dessa abordagem está justamente na tendência de interpretar a hibridização como um processo espontâneo e harmonioso. Na prática, as relações interculturais se desenvolvem por meio de negociações complexas, tensões permanentes e adaptações desiguais entre migrantes e comunidade receptora. Em muitos casos, práticas culturais migrantes são incorporadas apenas de forma parcial ou condicionadas às normas e valores predominantes da sociedade de acolhimento. Isso significa que a integração frequentemente ocorre sob circunstâncias assimétricas, nas quais os migrantes são pressionados a adequar comportamentos e expressões culturais para obter reconhecimento social e acesso a oportunidades econômicas.

Outra crítica relevante refere-se ao fato de que integração cultural não implica necessariamente inclusão social plena, pois ainda percebe-se que esse



processo se reflete nas moradias, no qual os migrantes, ocupam uma área sem saneamento básico essencial para qualidade de vida (Figura 2a e b).

Figura 2: a) Moradias (informal) dos migrantes venezuelanos no Tepequém; b) Produtos plantados pelos migrantes.



Fonte: Acervo fotográfico, Márcia Falcão, 2025.

No entanto, destaca-se que os migrantes participam de atividades culturais locais, estabelecer relações cotidianas e até contribuem para a inovação social do território sem que isso se converta em acesso efetivo a direitos, estabilidade econômica ou reconhecimento institucional. A integração simbólica pode coexistir com processos persistentes de marginalização social, precarização do trabalho e exclusão econômica.

Assim, embora a troca cultural entre migrantes e moradores locais produza novas formas de sociabilidade, inovação e fortalecimento territorial, ela também ocorre dentro de estruturas desiguais que limitam as possibilidades de participação e reconhecimento. A hibridização cultural observada na Serra do Tepequém revela, portanto, tanto potencialidades de convivência intercultural quanto os limites estruturais da inclusão social em contextos marcados por desigualdade territorial e econômica.

Barreiras Estruturais e Limitações Institucionais

O crescimento do turismo na Serra do Tepequém tem gerado oportunidades econômicas importantes, especialmente relacionadas à geração de emprego, circulação de renda, ampliação de serviços e diversificação da economia local. Contudo, paralelamente a esse processo, persistem barreiras estruturais que restringem a distribuição desses benefícios e limitam o potencial



de desenvolvimento territorial, especialmente para grupos mais vulneráveis, como os migrantes venezuelanos.

A literatura recente aponta que destinos turísticos periféricos frequentemente apresentam contradições entre expansão econômica e reprodução de desigualdades, marcadas pela concentração de investimentos, fragilidade institucional, baixa capacidade de planejamento e assimetrias no acesso às oportunidades (Cárdenas-García; Brida; Segarra, 2024; Dias; Viana; Pereira, 2024; Castilho; Fuinhas, 2025; Jameel et al., 2025). No caso da Serra do Tepequém, essas limitações tornam-se particularmente visíveis pela ausência de políticas públicas consistentes voltadas ao planejamento turístico e à inclusão econômica de longo prazo.

Essa fragilidade aparece de forma explícita na fala do entrevistado MV04, ao afirmar: “não tivemos plano... nem de estado nem de município”. O relato evidencia a ausência de planejamento estruturado tanto na esfera estadual quanto municipal, revelando um cenário de descontinuidade administrativa e baixa institucionalização das políticas voltadas ao turismo. A falta de diretrizes claras compromete não apenas o crescimento econômico do setor, mas também sua capacidade de promover inclusão social e sustentabilidade territorial.

Além disso, o mesmo entrevistado destaca a interferência política na gestão pública como fator limitante ao desenvolvimento local: “O secretário é muito politizado, não tem autonomia”. A fala aponta para a burocratização e politização da gestão pública, em que decisões técnicas são frequentemente subordinadas a interesses políticos, dificultando a implementação de estratégias permanentes de desenvolvimento e reduzindo a capacidade institucional de resposta às demandas locais.

No que se refere ao acesso a oportunidades e recursos, os relatos também revelam a existência de desigualdades estruturais que dificultam a inclusão efetiva dos grupos mais vulneráveis. Ao afirmar que “não chega em quem precisa”, o participante denuncia uma dinâmica de distribuição desigual de políticas, incentivos e benefícios, indicando que os mecanismos institucionais de apoio nem sempre alcançam os públicos que mais necessitam. Essa percepção reforça a ideia de que a exclusão econômica não decorre apenas da ausência



de oportunidades, mas também da forma desigual como elas são distribuídas e operacionalizadas.

A análise dessas barreiras parte do reconhecimento de que a inserção socioeconômica dos migrantes não depende exclusivamente de esforço individual ou empreendedorismo, mas está profundamente condicionada por estruturas econômicas, políticas e institucionais. Estudos recentes demonstram que a ausência de políticas públicas integradas, a segmentação dos mercados de trabalho e as desigualdades territoriais restringem significativamente as possibilidades de inclusão econômica dos migrantes, concentrando-os em ocupações de baixa remuneração, alta informalidade e reduzida estabilidade (King, 2022; Schmid, 2023; OECD, 2025; Blanco; Julián-Véjar; Osorio-Rauld, 2025).

As limitações institucionais também evidenciam a fragilidade do Estado e dos governos locais na formulação de políticas estruturantes de longo prazo. A fragmentação das políticas públicas, a descontinuidade de programas e a burocracia administrativa dificultam a construção de estratégias consistentes de desenvolvimento territorial. Frequentemente, as ações institucionais assumem caráter reativo e compensatório, atuando sobre os efeitos imediatos da exclusão, sem enfrentar suas causas estruturais.

Esse cenário reflete uma governança frágil e fragmentada, na qual múltiplos atores — poder público, instituições sociais, organizações internacionais e lideranças locais — atuam de forma pouco articulada, reduzindo a eficácia das políticas voltadas à população migrante. A ausência de coordenação interinstitucional compromete tanto a sustentabilidade das ações quanto a capacidade de promover inclusão econômica duradoura.

Essas barreiras tornam-se ainda mais intensas em territórios periféricos e economias de pequena escala, como é o caso do Tepequém. A precariedade da infraestrutura, a limitação dos serviços públicos, a baixa capacidade de investimento estatal e a ausência de planejamento territorial ampliam os obstáculos à inserção econômica tanto para migrantes quanto para moradores locais. Nessas condições, o turismo, embora importante como vetor econômico, não consegue sozinho superar padrões históricos de desigualdade e exclusão.



Portanto, as barreiras institucionais não apenas limitam oportunidades econômicas, mas contribuem para a reprodução de desigualdades estruturais, consolidando relações de dependência, informalidade e vulnerabilidade social. Uma análise crítica dessas limitações exige considerar a interação entre fatores estruturais e institucionais, evitando interpretações que individualizam a responsabilidade pela inserção econômica e desconsideram os condicionantes territoriais mais amplos que moldam as possibilidades de permanência e desenvolvimento dos migrantes na Serra do Tepequém.

Dilemas na Atividade Produtiva com a Reconfiguração Sociocultural

Pesquisas recentes apontam que a serra do Tepequém vem passando por uma reconfiguração territorial, ligada à transição de uma economia tradicionalmente centrada no garimpo para atividades voltadas ao turismo e à valorização do patrimônio natural e cultural da região. Esse processo de reconfiguração territorial demonstra alterações na utilização do espaço e na estruturação das atividades econômicas da região. A regulamentação das atividades turísticas e a valorização da memória histórica da comunidade demonstram esforços direcionados à organização do turismo como uma opção econômica sustentável e estratégia de desenvolvimento territorial (Cavalcante et al., 2021; Monteiro; Lima, 2022; Siqueira; Oliveira; Falcão, 2023; Gomes; Oliveira, 2024).

As evidências empíricas sugerem que o conhecimento acumulado sobre a região tem desempenhado um papel importante nos processos de reconfiguração territorial e transição econômica. Um dos entrevistados, atuante em liderança comunitária, enfatiza: *“passamos 70 anos no garimpo... turismo é recente”*. Por décadas, a exploração mineral influenciou a ocupação do espaço e a estruturação das relações econômicas locais, resultando em um território fortemente caracterizado pela lógica extrativista. No entanto, com a diminuição das atividades de mineração, nota-se uma alteração nas estratégias de desenvolvimento implementadas pela comunidade e pelos agentes locais.

Nesse novo cenário, ganha relevância a valorização do patrimônio natural, da geodiversidade e das paisagens únicas da região, perspectiva essa também retratada na fala do líder comunitário entrevistado quando diz:



“patrimônio cultural... memória... arquitetura”. Esses elementos começam a ser vistos como recursos que podem fomentar novas atividades econômicas, principalmente as ligadas ao turismo. Desse modo, a mudança no território demonstra um processo progressivo de substituição de práticas econômicas tradicionais por ações focadas na valorização ambiental e cultural do Tepequém.

A reconfiguração do território da serra do Tepequém e sua transição econômica são geralmente vistas como estratégias de ajuste às transformações nas fundações produtivas locais, sobretudo quando as atividades garimpeiras foram substituídas por novas áreas, como o turismo. No entanto, essas mudanças nem sempre resultam em transformações significativas na economia local. Podem apenas reestruturar formas pré-existentes de dependência econômica e disparidade territorial. O surgimento do turismo como atividade substituta pode criar expectativas de crescimento, mas também expõe vulnerabilidades estruturais, especialmente por essas economias dependerem de fluxos externos e têm pouca diversificação na produção.

Ademais, a transição econômica pode esconder conflitos ligados à utilização do território e à repartição de benefícios provenientes das novas atividades. A valorização econômica da paisagem e dos recursos naturais pode acelerar a mercantilização do espaço, modificando práticas tradicionais e gerando novas formas de exclusão. O Tepequém, como região de turismo, é caracterizado por fragilidade institucional e falta de planejamento territorial sólido, uma vez que essas transformações aconteceram de forma fragmentada e descoordenada. Como consequência, a reconfiguração do território pode replicar padrões de informalidade e fragilidade econômica, restringindo os efeitos positivos esperados.

A literatura recente destaca que processos de inovação e organização comunitária têm assumido papel estratégico na consolidação de destinos turísticos emergentes, especialmente em territórios periféricos e economias de pequena escala, como a Serra do Tepequém. O fortalecimento da gestão dos destinos, a ampliação das oportunidades econômicas e a maior participação das comunidades locais no turismo dependem, em grande medida, da articulação entre inovação social, uso de tecnologias digitais e projetos coletivos de geração



de renda (Beni; Moesch, 2022; Silveira; Rodrigues, 2022; Costa; Vieira, 2022; Gomes; Oliveira, 2024).

No caso estudado, os relatos evidenciam que os próprios atores locais reconhecem a necessidade de modernização da atividade turística e de mecanismos que fortaleçam a organização do setor. Um dos entrevistados sugere, por exemplo, *“criar um aplicativo com QR Code para os condutores”*, indicando a percepção de que ferramentas digitais podem melhorar a gestão das informações, facilitar o acesso dos visitantes aos serviços turísticos e fortalecer a profissionalização dos condutores locais. A proposta revela uma preocupação com a qualificação da experiência turística e com a criação de mecanismos de visibilidade e organização que possam reduzir a informalidade e ampliar a competitividade do destino.

Essa demanda dialoga com discussões contemporâneas sobre turismo inteligente e inovação territorial, nas quais a digitalização dos serviços não se limita à modernização tecnológica, mas representa também uma estratégia de fortalecimento da governança local e de integração entre atores do território. Em destinos de natureza e turismo de pequena escala, ferramentas digitais podem contribuir para a organização do fluxo de visitantes, o monitoramento ambiental, a valorização dos serviços locais e a ampliação da autonomia econômica das comunidades envolvidas.

Além das soluções tecnológicas, os entrevistados também mencionaram iniciativas coletivas de geração de renda voltadas à inclusão produtiva de migrantes e moradores locais. Nesse contexto, destaca-se a fala sobre o *“projeto com 50 mulheres venezuelanas para alimentação”*, voltado à produção e comercialização de alimentos. A iniciativa demonstra que a inovação local não se restringe à dimensão tecnológica, mas envolve também processos de organização comunitária, cooperação produtiva e fortalecimento das redes sociais de apoio.

Projetos dessa natureza revelam o potencial do turismo como espaço de inclusão econômica e desenvolvimento territorial, especialmente quando articulado a práticas coletivas que valorizam o protagonismo local e a diversidade cultural. A participação de mulheres migrantes em iniciativas produtivas de alimentação reforça ainda a dimensão social da inovação, ao ampliar



possibilidades de autonomia econômica e reconhecimento social em contextos frequentemente marcados pela precarização do trabalho.

Entretanto, embora iniciativas voltadas à inovação e à estruturação do turismo local sejam frequentemente apresentadas como estratégias promissoras de desenvolvimento territorial, parte da literatura alerta para a necessidade de uma análise crítica dessas propostas. Em muitos contextos, o discurso da inovação tende a enfatizar soluções tecnológicas e empreendedoras sem enfrentar as desigualdades estruturais que condicionam a dinâmica econômica dos territórios periféricos.

Assim, a implementação de ferramentas digitais, aplicativos ou pequenos projetos produtivos, embora relevante, nem sempre é suficiente para transformar de forma significativa as condições socioeconômicas locais quando não articulada a políticas públicas mais amplas de desenvolvimento regional. A inovação, isoladamente, pode produzir ganhos pontuais de organização e visibilidade, mas dificilmente altera estruturas persistentes de desigualdade, exclusão produtiva e fragilidade institucional.

Estudos como os de Dodds; Butler, (2023); OCDE (2021; 2023); Scheyvens; Biddulph, (2022); Scott; Hall; Gössling, (2022); Giampiccoli; Saayman (2022); mostram que iniciativas inovadoras frequentemente enfrentam limitações relacionadas à infraestrutura física, à capacidade institucional, ao acesso desigual a recursos tecnológicos e à descontinuidade de apoio governamental. Em áreas periféricas como o Tepequém, essas restrições tornam-se ainda mais evidentes, pois a baixa conectividade, a precariedade dos serviços públicos e a fragilidade das políticas de planejamento dificultam tanto a implementação quanto a manutenção de projetos inovadores.

Nessas condições, experiências de inovação podem permanecer restritas a ações pontuais, com baixo alcance estrutural e reduzida capacidade de transformação social. O risco, nesse caso, é que a inovação seja tratada mais como narrativa de desenvolvimento do que como processo efetivo de mudança territorial.

Por isso, a inovação no turismo deve ser compreendida de forma ampliada, não apenas como incorporação de tecnologias ou criação de novos produtos turísticos, mas como processo integrado de fortalecimento da



governança territorial, participação comunitária e construção de políticas estruturantes de inclusão econômica. Inovar, nesse contexto, significa também criar condições institucionais para permanência produtiva, reduzir desigualdades de acesso e ampliar a capacidade coletiva de decisão sobre os rumos do desenvolvimento local.

As evidências da pesquisa mostram que existe, entre os atores locais, uma expectativa positiva em relação ao futuro do turismo na Serra do Tepequém. As propostas de digitalização, qualificação profissional e projetos coletivos de geração de renda demonstram iniciativas concretas de construção de alternativas econômicas mais sustentáveis e inclusivas. No entanto, seu potencial transformador depende diretamente da articulação entre inovação local, fortalecimento institucional e redução das desigualdades territoriais.

Sem essa integração, há o risco de que as propostas inovadoras permaneçam limitadas a experiências isoladas, incapazes de produzir impactos duradouros no desenvolvimento econômico e social da região. Portanto, o futuro do turismo em Tepequém não depende apenas da criatividade dos empreendedores locais ou da adoção de novas tecnologias, mas da capacidade de construir uma estratégia territorial mais ampla, capaz de combinar inclusão social, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico de longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou de que forma a presença de migrantes venezuelanos tem contribuído para a reconfiguração da estrutura empresarial do turismo na Serra do Tepequém, no município de Amajari, Roraima, considerando o turismo como vetor de inserção econômica, produção territorial e interação sociocultural entre migrantes e população local. A investigação permitiu compreender que os fluxos migratórios internacionais, quando inseridos em economias de pequena escala e territórios não metropolitanos, produzem transformações que ultrapassam a dimensão demográfica, afetando diretamente as dinâmicas produtivas, as relações de trabalho e as territorialidades locais.

Os achados empíricos demonstram que os migrantes venezuelanos encontram nas atividades turísticas uma das principais possibilidades de inserção socioeconômica, especialmente por meio de iniciativas autônomas e



empreendimentos de pequena escala, como gastronomia, produção artesanal, hospedagem, guiamento turístico, transporte de visitantes e prestação de serviços diversos. O turismo de natureza, predominante na Serra do Tepequém, funciona como espaço de absorção produtiva e de reconstrução das trajetórias de trabalho interrompidas pelo processo migratório.

A predominância da pluriatividade e do empreendedorismo de subsistência evidencia que a inserção econômica desses sujeitos ocorre, em grande parte, sob condições de informalidade e adaptação às restrições estruturais do mercado de trabalho local. Ao mesmo tempo, essas estratégias revelam capacidade de agência, mobilização de recursos sociais e reconfiguração de saberes produtivos, permitindo que os migrantes construam formas de permanência e sobrevivência econômica em um território marcado por baixa densidade institucional e limitada oferta de emprego formal.

Observou-se também que a presença migrante contribui para a diversificação da estrutura empresarial do turismo local, especialmente pela incorporação de novas práticas produtivas, pela ampliação da oferta de serviços e pela introdução de elementos culturais venezuelanos na gastronomia, no artesanato e nas formas de sociabilidade cotidiana. A convivência entre migrantes e moradores locais favorece processos graduais de integração sociocultural e hibridização cultural, nos quais o território passa a ser ressignificado por novas relações de pertencimento, circulação e uso do espaço.

Entretanto, essa integração não ocorre de forma homogênea nem isenta de tensões. As evidências mostram que, embora predominem relações de convivência relativamente positivas, persistem assimetrias de poder, barreiras estruturais e desafios relacionados à adaptação cultural, à precarização do trabalho e ao acesso desigual às oportunidades econômicas. A integração cultural, portanto, não significa necessariamente inclusão social plena, podendo coexistir com situações de vulnerabilidade econômica e reconhecimento institucional limitado.

Outro achado relevante refere-se ao papel das redes institucionais e comunitárias no processo de inclusão produtiva e social. Instituições como SESC, ACNUR e lideranças comunitárias locais exercem função importante na mediação das relações entre migrantes e comunidade receptora, especialmente



por meio de ações de capacitação, apoio à geração de renda, qualificação profissional e articulação de iniciativas coletivas de empreendedorismo. Essas redes funcionam como mecanismos de aproximação entre migrantes e o mercado local, fortalecendo processos de acolhimento e permanência territorial.

Contudo, a pesquisa também evidencia que tais iniciativas ainda apresentam forte dependência de ações pontuais, baixa continuidade institucional e fragilidade de articulação com políticas públicas estruturantes. A ausência de planejamento turístico consistente, a burocracia administrativa, a fragmentação das políticas de inclusão e a limitação de investimentos públicos restringem o potencial transformador dessas ações. Em territórios periféricos como o Tepequém, tais fragilidades institucionais reforçam padrões de informalidade, dependência econômica e desigualdade territorial.

Assim, conclui-se que a migração venezuelana não representa apenas um processo de deslocamento populacional, mas um importante vetor de reorganização econômica e territorial em contextos amazônicos de pequena escala. Os migrantes não apenas ocupam espaços disponíveis no mercado local, mas participam ativamente da produção do território, reconfigurando relações entre turismo, trabalho, mercado e uso dos recursos naturais.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao articular mobilidade internacional, territorialidade e economia de base turística, ampliando o debate sobre migração para além das análises concentradas em capitais e cidades de fronteira imediata. Empiricamente, amplia o escopo das pesquisas sobre migração venezuelana no Brasil ao evidenciar os impactos da presença migrante em destinos turísticos emergentes e territórios rurais amazônicos.

Como limitação, destaca-se que a abordagem qualitativa adotada permitiu aprofundar a compreensão das experiências, percepções e estratégias de inserção dos participantes, mas não possibilitou a mensuração quantitativa dos impactos econômicos da migração sobre a estrutura empresarial do turismo local. Além disso, o recorte territorial específico da Serra do Tepequém, embora relevante para a profundidade analítica do estudo de caso, limita generalizações para outros contextos amazônicos, exigindo cautela na extrapolação dos resultados.



Para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas comparativas entre diferentes territórios de fronteira da Amazônia que recebem migrantes venezuelanos, buscando identificar padrões e especificidades regionais que moldam as formas de inserção econômica em economias de pequena escala. Sugere-se também o desenvolvimento de estudos quantitativos e de abordagem mista que analisem indicadores relacionados às cadeias produtivas do turismo, geração de renda, formalização empresarial, empreendedorismo migrante e impactos sobre o desenvolvimento local.

Por fim, compreender a migração venezuelana em territórios como a Serra do Tepequém exige ultrapassar abordagens centradas apenas no acolhimento emergencial e reconhecer os migrantes como agentes ativos da produção econômica e territorial. Nesse sentido, fortalecer políticas públicas integradas de turismo, inclusão produtiva e desenvolvimento regional torna-se fundamental para transformar mobilidade humana em oportunidade de construção de territórios mais justos, sustentáveis e socialmente inclusivos.

REFERÊNCIAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Global Trends: forced displacement in 2025**. Geneva: UNHCR, 2025.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANTES, L.; FERKO, G.; NOGUEIRA, M. das G. Turismo e desenvolvimento local na Serra do Tepequém, Roraima. **Revista de Turismo e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 2, p. 45–62, 2013.

BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (org.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRIOS, J. *et al.* Migrant entrepreneurship and institutional misalignment: challenges and adaptive strategies. **International Small Business Journal**, v. 43, n. 1, p. 22–41, 2025.

BENI, M. C.; MOESCH, M. M. **Turismo, inovação e desenvolvimento territorial sustentável**. São Paulo: Aleph, 2022.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.



BLANCO, G.; JULIÁN-VÉJAR, D.; OSORIO-RAULD, A. Migrant labor and structural inequality in Latin American peripheral economies. **Latin American Perspectives**, v. 52, n. 1, p. 88–107, 2025.

BOLZANI, D.; HONIG, B.; RAM, M. Migrant entrepreneurship in contexts of institutional complexity. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 49, n. 2, p. 301–327, 2025.

BOLZANI, D.; RAM, M.; HONIG, B. Entrepreneurship, migration and precarious inclusion: institutional challenges in peripheral markets. **Journal of Business Venturing Insights**, v. 23, p. e00455, 2025.

BRASIL. Governo Federal. **Operação Acolhida**: dados e ações institucionais. Brasília, DF: Governo Federal, 2025.

BURKE, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

CÁRDENAS-GARCÍA, P.; BRIDA, J. G.; SEGARRA, V. Tourism growth and regional inequality in emerging destinations. **Tourism Economics**, v. 30, n. 2, p. 355–374, 2024.

CASTILHO, M.; FUINHAS, J. A. Tourism dependence and territorial inequalities in peripheral economies. **Regional Studies**, v. 59, n. 1, p. 77–95, 2025.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; MACEDO, M. Inserção laboral de migrantes internacionais no Brasil contemporâneo. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 61, p. 15–34, 2021.

COSTA, H.; VIEIRA, M. Inovação digital e destinos turísticos emergentes. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 22, n. 3, p. 89–107, 2022.

CUNHA, L. D. **A paisagem da Serra do Tepequém – RR e sua potencialidade para o geoturismo**. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2013.

DIAS, A.; VIANA, P.; PEREIRA, L. Tourism planning and governance failures in border economies. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, p. 1–19, 2024.

DINIZ, J. A. **Turismo e reestruturação territorial na Serra do Tepequém**. Boa Vista: Editora UFRR, 2014.

DODDS, R.; BUTLER, R. Overtourism and sustainability: development challenges. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 31, n. 3, p. 1–15, 2023.

FAIST, T. Migration and transnational social protection: institutional gaps and local responses. **Global Networks**, v. 22, n. 3, p. 401–419, 2022.



FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Penso, 2022.

FONSECA, M. L.; PETIT, V. Turismo, trabalho e economias periféricas: estratégias produtivas em territórios emergentes. **Revista de Estudos Regionais**, v. 8, n. 2, p. 45–62, 2002.

GOMES, R.; OLIVEIRA, T. Inovação comunitária e turismo sustentável em áreas de fronteira. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 17, n. 1, p. 55–74, 2024.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JAMEEL, A. *et al.* Tourism, inequality and governance constraints in emerging destinations. **Sustainability**, v. 17, n. 2, p. 1021, 2025.

KANAS, A.; KOSYAKOVA, Y. Social integration and migrant belonging in local communities. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 50, n. 4, p. 755–773, 2024.

KING, R. Migration, labor precarity and uneven integration in contemporary economies. **Population, Space and Place**, v. 28, n. 5, p. e2574, 2022.

LANZIERI, M. Informalidade laboral e crise econômica na Venezuela (2015–2020). **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 26, n. 42, p. 77–98, 2021.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEONARDI, V. **Garimpo, paisagem e turismo em Tepequém**. Boa Vista: EDUFRR, 2000.

MAYRING, P. Qualitative content analysis. **Forum Qualitative Sozialforschung**, v. 1, n. 2, 2000.

NAMATA, E.; HATZIDIMITRIADOU, E.; MCCALLUM, A. Migration, community reception and local belonging in rural destinations. **Community Development Journal**, v. 60, n. 1, p. 102–121, 2025.

NASCIMENTO, V. *et al.* Institutional support and migrant inclusion in local labor markets. **Migration Studies**, v. 13, n. 1, p. 44–63, 2025.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **International Migration Outlook 2024**. Paris: OECD Publishing, 2024.



OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Tourism trends and policies 2021**. Paris: OECD Publishing, 2021.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **World Migration Report 2024**. Geneva: IOM, 2024.

PIRNAR, I.; ALTIN, M. Migration and tourism entrepreneurship in peripheral destinations: territorial impacts and local development. **Tourism Management Perspectives**, v. 49, p. 101145, 2024.

PIKE, A.; RODRÍGUEZ-POSE, A.; TOMANEY, J. **Local and regional development**. 2. ed. London: Routledge, 2023.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHEYVENS, R.; BIDDULPH, R. Inclusive tourism development. **Tourism Geographies**, v. 24, n. 4–5, p. 1–20, 2022.

SCHMID, S. Structural barriers and migrant labor market inclusion. **Work, Employment and Society**, v. 37, n. 6, p. 1421–1439, 2023.

SCHREIER, M. **Qualitative content analysis in practice**. London: Sage, 2020.

SCOTT, N.; HALL, C. M.; GÖSSLING, S. **Tourism and innovation**. 2. ed. London: Routledge, 2022.

SILVEIRA, A.; RODRIGUES, P. Turismo inteligente e inovação em destinos emergentes. **Turismo em Análise**, v. 33, n. 2, p. 211–229, 2022.

SIMÕES, G. da F. (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2020.

SMALLBONE, D.; WELTER, F. Entrepreneurship in small peripheral economies: local embeddedness and resilience. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 32, n. 7–8, p. 635–654, 2020.

TEIXEIRA, P.; CORADINI, O.; COSTA, G. Migração venezuelana e políticas públicas em Roraima. **Revista Estudos Internacionais**, v. 7, n. 2, p. 45–63, 2019.

TEODORO, A.; OLIVEIRA, C. Análise categorial aplicada à pesquisa qualitativa contemporânea. **Revista Metodologias em Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 15–32, 2024.



WANG, L.; AZIZ, N.; ZHAO, R. Community networks and migrant economic integration. **International Journal of Social Economics**, v. 52, n. 2, p. 199–217, 2025.

WENDLING, N.; NASCIMENTO, R.; SENHORAS, E. **Migração, território e fronteira em Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZHANG, W. *et al.* Social networks and migrant integration in regional economies. **International Migration**, v. 61, n. 5, p. 214–233, 2023.